

CONTRATO CEDAE N.º 159/2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA**, sediada na Avenida Civit, nº 497, Civit I, Serra - ES, CEP nº 29.168-045, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.845.190/0001-36, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinada, Sr. MARCELO GOMES DE BARROS ROSA, brasileiro, Casado, Administrador de Empresas, portador do RG nº 1.040.945 (SSP/MG), inscrito no CPF sob o nº 008.058.167-63, residente e domiciliado na Avenida Hugo Musso, nº 2.042, Edifício Cotê D' Azur, Apt. 1.301, Bairro Itapuã, CEP. 29101-936, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.218/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 363/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Decreto Estadual nº 42.063/2009, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE TANQUE DE PRFV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS"**

Itens	Descrição	Quant (UN)
01	TANQUE HORIZONTAL DE PRFV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS.	03

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;

c) exercer a fiscalização do contrato; e

d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo às condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **363/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidas ou aprovadas pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato; e

f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1201671663
Código Orçamentário: 44.90.51.06
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 143110008
Centro de Custos: DG00010000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000928

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 239.364,90 (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)**.

Itens	Descrição	Quant (UN)	Valor
-------	-----------	------------	-------

			Unitário (R\$)
01	TANQUE HORIZONTAL DE PRFV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS.	03	79.788,30
TOTAL:			239.364,90

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exige de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos

da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 239.364,90 (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)** em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil



ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 17.1, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018 .

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


MARCELO GOMES DE BARROS ROSA
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: Leonilda Innocencio dos Santos RG: 1.446.499-ES

Nome: _____ RG: _____
Ref. Contr-NOVA-FORMA-aquisição-de-tanque-de-prfv-PE-363-2018-PLDR

Secretaria de Estado de Transportes

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 27.11.2018

PROCESSO Nº E-10/005/1001452018 - De conformidade com o inciso III, do artigo 11 da Lei nº 287, de 04/12/1979, dos artigos 14 e 15 do Decreto nº 41.880, de 25/05/2009 e suas alterações e dos arts. 1º e 3º, combinados com o Art. 26 do Decreto nº 46.230, de 31/01/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018, RECONHEÇO A DÍVIDA realizada no exercício de 2016, a favor do CONSORCIO ELMO AZVI, no valor de R\$ 1.563.529,74 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais, setenta e quatro centavos).

Id: 2147979

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 16.11.2018

PROC. Nº E-10/005/1023272018 - AUTORIZO a empresa CEDRO LOCADORA E TRANSPORTADORA LTDA-ME, nome fantasia Viação Cedro e Turismo, inscrita no CNPJ sob o nº 11.243.817/0001-07, a operar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento turístico, como agência de turismo com frota própria, adotando o registro RJ-978 e utilizando os veículos de placas LTJ7384, KZL7396 e KRST1175.

DE 21.11.2018

PROC. Nº E-10/005/69982018 - AUTORIZO a empresa BLUE AIR-PORT SERVICES VIAGENS E TURISMO LTDA, nome fantasia Macaé Passageiros, inscrita no CNPJ sob o nº 19.399.433/0001-90 a operar o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento turístico, como agência de turismo com frota própria, adotando o registro RJ-978 e utilizando o veículo de placa KYV8043.

PROC. Nº E-10/005/1054662018 - NOVA COOPER Cooperativa de Motoristas Autônomos de Resende LTDA (RJ-718) - AUTORIZO a incorporação e registro do veículo e respectivo cooperado, conforme abaixo discriminado, para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento:

Cooperado	Veículo	Placa
Renata Esmeraldo Resende	Renault Master	IVO1986

PROC. Nº E-10/005/1054692018 - Cooperativa NOVA COOPER (RJ-718) - AUTORIZO a incorporação do veículo Renault Master, placa PAR9383 pertencente ao cooperado Alonzo Silva Lima, em substituição ao veículo placa LCM7182, que será baixado.

PROC. Nº E-10/005/1056012018 - DEFIRO, com base nos pareceres da Diretoria Técnica Operacional e da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/1060872018 - DEFIRO, com base nos pareceres da Diretoria Técnica Operacional e da Assessoria Jurídica.

DE 23.11.2018

PROCESSO Nº E-10/005/104662018 - Com base no parecer da Assessoria Jurídica, DETERMINO o cancelamento do Auto de Infração nº TLM 21712.

Id: 2147840

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 21.11.2018

PROC. Nº E-10/005/1076972018 - DEFIRO, com base no Parecer da Diretoria Técnica Operacional.

PROC. Nº E-10/005/1081912018 - DEFIRO, com base no Parecer da Diretoria Técnica Operacional.

PROC. Nº E-10/005/1081932018 - DEFIRO, com base no Parecer da Diretoria Técnica Operacional.

PROC. Nº E-10/005/1081972018 - DEFIRO, com base no Parecer da Diretoria Técnica Operacional.

Id: 2147941

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
RETIFICAÇÃO
DE 23.11.2018
PÁGINA 35 - 2ª COLUNA
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 21.11.2018

Proc. Nº E-10/005/1109617
Onde se lê: ... e ANULO a licitação por Pregão Eletrônico nº 005/2017...
Leia-se: ... e ANULO a licitação por Pregão Eletrônico nº 005/2018...

Id: 2147841

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ATO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR-GERAL INTERINO
PORTARIA CONJUNTA INEA/SEA Nº 213
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018
DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO
ORÇAMENTÁRIO.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA E O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 7.844, de 10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 46.230 de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução Orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

RESOLVEM:

Art.1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: DESPESAS OPERACIONAIS DA SEA
Processo INEA Nº E-07/001.1002612018

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação da portaria e término: 31/12/2018.

III - DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.
ATO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.
UG: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

IV - PARA/Executante: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.
UG: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.
UG: 2401.00 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

V - CRÉDITO:

PT. 2432.18.122.0002.2016 - Manutenção e Atividades Operacionais e Administrativas

Natureza da Despesa Fonte Valor
3390.00 230 R\$ 8.000,00

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser elaborada pelo responsável do setor que acompanhou a execução do objeto da descentralização, acompanhada de toda documentação, conforme previsto na Instrução Normativa AGE nº 24, de 10/03/2013. Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou se for constatada qualquer impropriedade, quando da análise, deverá a concedente notificar, de imediato, a executante, a fim de, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas, cumprir a obrigação ou sanar as impropriedades.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA
PresidenteLINCOLN MURCIA
Diretor-Geral Interino de Administração e Finanças

Id: 2147952

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESPACHO DA GERENTE
DE 26.11.2018

PROCESSO Nº E-07/002.106639/2018 - BRUNA RAQUEL BALTHAZAR ANDRADE, Contador, matrícula nº 391253-2, Id Funcional 4461098-0, AVERBE-SE o tempo de serviço prestado ao Regime Geral de Previdência Social - INSS, no período compreendido entre de 13/04/2011 a 09/08/2012, no total de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) dias, correspondentes a 01 (um) ano, 03 (três) meses e 27 (vinte e sete) dias de efetivo exercício, na conformidade do disposto do disposto no artigo 9º e seu parágrafo único da Lei nº 530, de 04/03/92.

Id: 2147955

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 30/10/2018

DESIGNA ROBSON NOGUEIRA DOS SANTOS, Agente de Saneamento F, como Presidente, MARCUS VINICIUS BORGES ROSSI e SERGIO COSTA RENTE RIBEIRO, Engenheiros B, como membros titulares e ERASMO PIPIRAM DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento C, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato, destinado a "AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL ULTRASSÔNICO", de que trata o Processo nº E-07/100.214/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.307/2018.

Id: 2147737

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 25/11/2018

DESIGNA RAPHAEL GOULART DE ALCANTARA, Engenheiro B, como Presidente, FABRICIO OLIVEIRA DA ROCHA e WILKIE SABACK SAMPAIO, Engenheiros B, como membros titulares e MAURO SYLVESTRE ARAUJO NUNES DA SILVA, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato NICHOLAS CUNHA VANDESTEEN, Economista A e JULIO CESAR BORSOI JUNIOR, Agente de Saneamento C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para o Contrato Cede nº 166/2018 (DF) referente ao "CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO", de que trata o Processo E-07/100.708/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.345/2018.

Id: 2148173

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 25/10/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membros titulares e WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato, destinado a "AQUISIÇÃO DE TANQUE DE PRÉV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS", de que trata o Processo nº E-07/100.218/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.298/2018.

Id: 2147738

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/11/2018

DESIGNA RAPHAEL GOULART DE ALCANTARA, Engenheiro B, como Presidente, FABRICIO OLIVEIRA DA ROCHA e WILKIE SABACK SAMPAIO, Engenheiros B, como membros titulares e MAURO SYLVESTRE ARAUJO NUNES DA SILVA, Engenheiro C, como membro suplente, Gerente do Contrato NICHOLAS CUNHA VANDESTEEN, Economista A e JULIO CESAR BORSOI JUNIOR, Agente de Saneamento C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para o Contrato Cede nº 167/2018 (DF) referente ao "CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS PVC-PB", de que trata o Processo nº E-07/100.729/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.346/2018.

Id: 2148174

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 05/11/2018

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento C, como Presidente, MARCOS LANIS BRAVO, Agente de Saneamento F e PAULO HENRIQUE ALVES DOS SANTOS, Agente de Saneamento D, como membros titulares e MARCO AURELIO LIMA MARQUES, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DOS LATEIROS LUMINOSOS DO PRÉDIO SEDE DA CEADE", de que trata o Processo nº E-07/100.386/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.321/2018.

Id: 2147739

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 05/11/2018

DESIGNA EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS, Agente de Saneamento F, como Presidente, MARCO AURELIO DE BRITO CHACON, Agente de Saneamento H, JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico de Eletromecânica II, como membros titulares e SYLVIA ROSANNE VILLAR TRINDADE, Agente de Saneamento F, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JORGE LUIZ DA SILVA, Coordenador de Controle Gerencial de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato, destinado a "CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS", de que trata o Processo nº E-07/100.803/2018, Ordem de Serviço "E" nº 15.323/2018.

Id: 2147740

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DA PREGOEIRA
DE 26.11.2018

PROCESSO Nº E-18/005/5102017 - A Pregoeira declara que o cartame licitatório realizado em 31/10/2018, na modalidade Pregão Eletrônico FTMRJ nº 005/18, referente ao Serviço de Engenharia contra Incêndio e Pânico e Emissão de Laudo de Exigências junto ao CBMERJ, para atender as necessidades da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, foi considerado FRACASSADO, devidamente justificado nos autos.

Id: 2147844

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26.11.2018

PROCESSO Nº E-18/005/260/2018 - HOMOLOGO a licitação, modalidade Pregão Eletrônico FTMRJ PE nº 004/2018, referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças e componentes em 2 (dois) elevadores da marca OTIS, localizados no Prédio Anexo ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, para atender as necessidades da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro a empresa ELEVADORES OTIS LTDA, que arrematou o lote único desta licitação, no valor global de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

DESPACHO DA PREGOEIRA
DE 26.11.2018

PROCESSO Nº E-18/005/260/2018 - Nos termos do inciso XX art. 4º da Lei nº 10.520/2002, ADJUDICO o resultado da licitação FTMRJ PE nº 004/2018, referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças e componentes em 2 (dois) elevadores da marca OTIS, localizados no Prédio Anexo ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro, para atender as necessidades da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a empresa ELEVADORES OTIS LTDA, que arrematou o lote único desta licitação, no valor global de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

Id: 2147845

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 23.11.2018

PROCESSO Nº E-18/005/100133/2018 - AUREO DA SILVA COLPAS, Músico Corista, Id funcional nº 2877006-4, CONCEDO o benefício do Abono de Permanência, nos moldes do artigo 40, § 1º, III, a, da CF/1988 combinado com a EC nº 41.

PROCESSO Nº E-18/005/100133/2018 - ROBERTO COSTA LUYA, Técnico de Nível Superior, Id funcional nº 2012640-1, CONCEDO o benefício do Abono de Permanência, por ter completado os requisitos mínimos cumulativos, nos moldes do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a contar de 02 de novembro de 2018.

Id: 2147757

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 24.10.2018

*PROC. Nº E-18/002/100364/2018 - RATIFICO, com base no art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, nos termos do art. 26 do mesmo dispositivo, referente à prestação de serviços artísticos a favor da seguinte abaixo discriminada, que compõe o Projeto FUNARJ ARTES E LETURA: ASTRONAUTA TUPY EDIÇÕES MÚSICAS EIRELI
Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
Prazo: 18/11/2018 a 05/12/2018.
*Omitido no D.O. de 25/10/2018.

Id: 2147978

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 26.10.2018

*PROC. Nº E-18/002/375/2018 - RATIFICO, com base no art. 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, nos termos do art. 26 do mesmo dispositivo, referente à prestação de serviços artísticos a favor da seguinte abaixo discriminada, que compõe o Projeto FUNARJ ARTES E LETURA: RICHARD RIGUETTI PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Valor: R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)
Prazo: 05/11/2018 a 12/11/2018
*Omitido no D.O. de 29/10/2018.

Id: 2147980

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHO DO CHEFE
DE 13.11.2018

PROCESSO Nº E-18/400.613/1992 - AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses de Licença Prêmio ao servidor FATIMA DO ROSARIO MAROTTA HENRIQUES, Identidade Funcional 32190069, referente ao período base de 28/09/2013 a 26/09/2018, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979.

Id: 2147725

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEELJE Nº 166 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, PARA APURAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/001/100389/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída, no âmbito da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude - SEELJE, Comissão de Sindicância para apurar os fatos que deram origem à despesa do exercício anterior apontada no Processo nº E-12/001/100389/2018.

Art. 2º - A Comissão será integrada e presidida pelos seguintes servidores:

LENISE MONTEIRO NUNES MENDONÇA - ID Funcional nº 5076006-8, Presidente.

THIAGO COUTO LAGE - ID Funcional nº 5005911-4, Membro.

VITOR HUGO MOREIRA LEITE - ID Funcional nº 5015241-6, Membro.

Art. 3º - A presente Comissão de Sindicância terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação, para dar conclusão aos trabalhos.

DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO.
PARTE: O Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - NOVO DE-GASE, (Contratante) e o Contratado "CLARA ATHAYDE PINHEIRO, ID Funcional: 59819749".
OBJETO: DISTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO A CONTRATANTE, POR PRAZO DETERMINADO, a contar de 19/10/2018, nos termos do inciso V do Art. 12, da Lei nº 6.901/2014, a qual atuou na área e na função de Auxiliar Socioeducativo Feminino para o qual prestou Processo Seletivo da Contratação Temporária, conforme Edital/2015, publicado no DOERJ de 29/10/2015.
VALOR: R\$ 2.572,57 (dois mil quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).
FUNDAMENTO: Artigo 37, Inciso IX, da CRFB/1988, bem como, em observância à Lei Estadual nº 6.901, de 02/10/2014, e o Decreto nº 45.424, de 22/10/2015.
PROCESSO Nº E-03/021/100932/2018.
DATA DO DISTRATO: 19/10/2018.

Id: 2147919

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018.
TIP: Menor Preço Global.
OBJETO: Aquisição de bens comuns em equipamentos de informática (800 computadores para atualização do parque tecnológico da Fundação CECIERJ).
DATA: 10/12/2018 às 09h15min (hora de Brasília-DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.051.890,00 (dois milhões, sessenta e um mil oitocentos e noventa reais).
PROCESSO Nº E-26/004/669/2018.
O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.cecierj.edu.br, podendo, alternativamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 4,00 (quatro reais), comprovado por meio de guia de depósito, conforme item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 6º andar - sala 614 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas.

Id: 2147842

FUNDAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2018.
TIP: Menor Preço Unitário por Item.
OBJETO: Aquisição de materiais.
DATA: 10/12/2018, às 13h15min (hora de Brasília-DF).
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
VALOR ESTIMADO: R\$ 33.726,66 (trinta e três mil setecentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos).
PROCESSO Nº E-26/004/669/2018.
O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br e www.cecierj.edu.br, podendo, alternativamente, serem obtidos mediante o pagamento da importância R\$ 4,00 (quatro reais), comprovado por meio de guia de depósito, conforme item 1.4 do Edital, na Praça Cristiano Ottoni - 6º andar - sala 614 - Centro/RJ, de segunda a sexta-feira, nos horários de 10:00 às 16:00 horas, até 24 horas antes da data marcada para a realização do certame.

Id: 2147927

Secretaria de Estado do Ambiente
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 166/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS, itens 01 a 12.
PRazo: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 5.625.842,40 (seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 26/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.708/2018 (Ata de Registro de Preços nº 004/2018/247100-01 - PE nº 002/2017).

Id: 2148175

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 167/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA A DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO INTERIOR, itens 01 a 08.
PRazo: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 5.903.807,34 (cinco milhões, novecentos e três mil oitocentos e sete reais e trinta e quatro centavos).
DATA DE ASSINATURA: 27/11/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.728/2018 (Ata de Registro de Preços CEDAE nº 0003/2018/247100-01 - Pregão Eletrônico nº 003/2017).

Id: 2148176

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 161/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS IRELLI.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos operacionais para atendimento aos órgãos da CEDAE, na região metropolitana e interior do Estado do Rio de Janeiro.
PRazo: 720 (setecentos e vinte) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 643.680,00 (seiscentos e quarenta e três mil seiscentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017), A Ordem de Serviço "E" nº 15.206/2018, designando a Comissão de Fiscalização e o Gerente do referido contrato, foi publicada no D.O. de 17/08/2018, página 15. 2ª coluna.

Id: 2147741

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 162/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a D2 DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.
OBJETO: Reforma dos letreiros luminosos do prédio sede da CEDAE.
PRazo: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 224.700,00 (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.386/2018 (Pregão Eletrônico nº 366/2018).

Id: 2147742

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 157/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MS INSTRUMENTOS INDUSTRIAIS E LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL ULTRASSÔNICO, itens 01, 02, 06, 07, 08 e 09 do Anexo I ao Edital.
PRazo: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 407.782,00 (quatrocentos e sete mil setecentos e oitenta e dois reais).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.214/2017 (Pregão Eletrônico nº 349/2018).

Id: 2147744

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 159/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a NOVAFORMA PLÁSTICOS LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TANQUE DE PRFV COM CAPACIDADE DE 50.000 LITROS.
PRazo: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 239.364,90 (duzentos e trinta e nove mil trezentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.218/2018 (Pregão Eletrônico nº 363/2018).

Id: 2147745

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 160/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS.
PRazo: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 547.402,98 (quinhentos e quarenta e sete mil quatrocentos e dois reais e noventa e oito centavos).
DATA DE ASSINATURA: 14/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.803/2018 (Ata de Registro de Preços nº 004/2018/247100-01 - PE nº 002/2017).

Id: 2147746

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE Nº 158/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a TRICOMEX LTDA EPP.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL ULTRASSÔNICO, item 03, do Anexo I ao Edital.
PRazo: 60 (sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 20.474,05 (vinte e quatro mil setenta e quatro reais e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 13/11/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.214/2017 (Pregão Eletrônico nº 349/2018).

Id: 2147747

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 095/2017 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LATINIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e reajustamento dos preços contratados referente a 1ª anualidade.
PRazo: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 352.721,08 (trezentos e sessenta e dois mil setecentos e vinte e um reais e nove centavos).
DATA DA ASSINATURA: 28/09/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-07/100.329/2017 (IL nº 010/2017 - DF).
*Omitido no D.O. de 01/10/2018.

Id: 2147743

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 201/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 02 (dois) SERVIDORES DE ADVOCACIA PARA PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA CÍVEL EM TRAMITE NAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA, VARAS CÍVEIS, VARAS EMPRESARIAIS DA JUSTIÇA ESTADUAL, BEM COMO AS DA JUSTIÇA FEDERAL QUE TEM A CEDAE COMO PARTE.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 15/01/2019, no mesmo local e horário anteriormente divulgados.

Id: 2147987

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Formulário de Transferência de Propriedade. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (donatária) e FAD/BRASIL (donadora). **OBJETO:** 02 (dois) Computadores Laptop Notebook Dell i14-7460 e 02 (dois) Veículos Renault Modelo Duster H1C2 1.6. **DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2018. **PROCESSO Nº E-07/002/30815/2018.**

Id: 2147950

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Termo Aditivo INEA nº 48/2018 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2018 - INEA, assinado em 15/11/2018. **PARTE:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA e WIRELESS COMM SERVICES LTDA. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Contrato nº 13/2018, relativo à continuidade operacional de comunicação de dados para a implementação, operação e manutenção de rede corporativa - LAN e WAN entre as unidades do INEA, com fundamento no inciso I, alínea b do art. 65, do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
VALOR: R\$ 14.025,00 (quatorze mil vinte e cinco reais). **DATA DA ASSINATURA:** 15/11/2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações. Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979. Decretos nºs 3.149/80 e 42.301/2010. **PROCESSO Nº E-07/002/9505/2017.**
*Omitido no D.O. de 15/11/2018.

Id: 2147951

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE TERMO

"INSTRUMENTO: AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 09/2018 DE 13/09/2018. **PARTE:** PESAGRO-RIO e VIA LUMEN'S AUDIO, VIDEO E INFORMATICA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GELADEIRA/REFRIGERADOR DUPLEX PROSTFREE. **PRazo:** 30 (trinta) dias, a contar de 13/09/2018. **DATA DA ASSINATURA:** 13/09/2018. **VALOR:** R\$ 2.999,00 (dois mil novecentos e noventa e nove reais). **Nº DE REGISTRO:** 028/18. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-02/003/210/2017. *Omitido no D.O. de 02/10/2018.

Id: 2147791

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/18. **PARTE:** PESAGRO-RIO e COMPLAN EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO CONTRATO Nº 018/18, RELATIVO A EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, COM VISTAS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PARA A REFORMA DO LABORATÓRIO DE SOLOS E DA SEDE DO CAMPESINATO DA PESAGRO-RIO NA REGIÃO SERRANA. **DATA DA ASSINATURA:** 26/11/2018. **VALOR:** R\$ 46.489,39 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). **Nº DE REGISTRO:** 027/18. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-02/003/57/2018, Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2147854

Secretaria de Estado de Cultura
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: I Termo Aditivo ao Contrato Comercial nº 06/2017. **PARTE:** Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantovano de Artes do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. **OBJETO:** Alteração quantitativa do Objeto. **FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 31/08/2018. **VALOR:** R\$ 46.489,39 (quarenta e seis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016, FR 100 e 2018NE00628. **PROCESSOS Nºs E-18/001/100102/2018.**
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

Id: 2147893

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: II Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017. **PARTE:** Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. **OBJETO:** Prorrogação da vigência do contrato original por mais 03 (três) meses e aplicação de reajuste, a contar de 02/09/2018. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 31/08/2018. **VALOR:** R\$ 718.180,77 (setecentos e dezoito mil cento e oitenta reais e setenta e sete centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016, FR 100 e 2018NE00627. **PROCESSOS Nºs E-18/001/100029/2018.**
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

Id: 2147898

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: III Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2017. **PARTE:** Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Anita Mantovano de Artes do Rio de Janeiro e a empresa BRASPORT Serviços Comerciais LTDA. **OBJETO:** Prorrogação da vigência do contrato original por mais 03 (três) meses e aplicação de reajuste, a contar de 02/09/2018. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA:** 31/08/2018. **VALOR:** R\$ 525.895,88 (quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016, FR 100 e 2018NE00627. **PROCESSOS Nºs E-18/001/100167/2017 e E-18/001/100102/2018.**
*Omitido no D.O. de 03/09/2018.

Id: 2147892

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/100257/2018
	Projeto:	Narrativas
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Coletiva Projetos Culturais Ltda.
	CPF/CNPJ:	11.937.451/0001-76
	Patrocinador:	OI Móvel S.A.
	CNPJ:	05.423.963/0133-61
	Valor Total Incentivado:	R\$ 150.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado):	R\$ 30.000,00
	Valor Total de Contrapartida	R\$ 100.000,00
02	Processo nº	E-18/001/100278/2018
	Projeto:	Olamapa
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Memória Visual - Fotografia, Preservação de Acervos, Produção Editorial e Cultural Ltda.
	CPF/CNPJ:	08.951.304/0001-46
	Patrocinador:	OI Móvel S.A.
	CNPJ:	05.423.963/0133-61
	Valor Total Incentivado:	R\$ 150.000,00
	Destinação Obrigatória Fundo (1/5 do Valor Incentivado):	R\$ 30.000,00
	Valor Total de Contrapartida	R\$ 100.000,00
03	Processo nº	E-18/001/100340/2018
	Projeto:	Os Desajustados
	Produção:	Nacional
	Proponente:	Mera Semelhança Produções